A Santa Sé

VISITA DO SANTO PADRE À FAO POR OCASIÃO
DA II CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE A ALIMENTAÇÃO

DISCURSO DO PAPA FRANCISCO

Quinta-feira, 20 de Novembro de 2014[Multimídia]

- Discurso à Plenária da Conferência
- Saudação aos funcionários da FAO

DISCURSO À PLENÁRIA DA CONFERÊNCIA

Senhor Presidente Senhoras e Senhores!

Com sentimentos de respeito e apreço apresento-me hoje aqui, na Segunda Conferência Internacional sobre a Alimentação. Agradeço-lhe, senhor Presidente, o caloroso acolhimento e as palavras de boas-vindas. Saúdo cordialmente o Director-Geral da FAO, professor José Graziano da Silva, e a Directora-Geral da OMS, D.ra Margaret Chan, e alegro-me pela vossa decisão de reunir nesta Conferência representantes de Estados, instituições internacionais, organizações da sociedade civil, do mundo da agricultura e do sector privado, para estudar juntos as formas de intervenção para garantir a alimentação, assim como as mudanças necessárias que devem ser feitas às actuais estratégias. A unidade global de propósitos e acções, mas sobretudo o espírito de irmandade, podem ser decisivos para soluções adequadas. A Igreja, como sabeis, procura estar sempre atenta e ser solícita em relação a tudo o que se refere ao bem-estar espiritual e material das pessoas, em primeiro lugar de quantos vivem marginalizados e são excluídos, para que sejam garantidas a sua segurança e dignidade.

Os destinos de cada nação estão mais do que nunca relacionados entre si, como os membros de uma mesma família, que dependem uns dos outros. Mas vivemos numa época na qual as relações entre as nações são demasiadas vezes deterioradas pela suspeita recíproca, que por

vezes se transforma em maneiras de agressão bélica e económica, mina a amizade entre irmãos e rejeita ou descarta quem já está excluído. Sabe isto muito bem quem não tem o pão diário nem um trabalho digno. É este o quadro mundial, no qual se devem reconhecer os limites de organizações que se baseiam na soberania de cada um dos Estados, entendida como absoluta, e nos interesses nacionais, muitas vezes condicionados por pequenos grupos de poder. Explica bem isto a leitura da vossa agenda de trabalho que se propõe elaborar novas normas, novas formas e mais compromissos para alimentar o mundo. Nesta perspectiva espero que, na formulação de tais compromissos os Estados se inspirem na convicção de que o direito à alimentação só será garantido se nos preocuparmos com o seu protagonista real, ou seja, a pessoa que sofre os efeitos da fome e da subalimentação. O sujeito real!

Hoje fala-se muito de direitos, esquecendo com muita frequência os deveres; talvez nos tenhamos preocupado demasiado pouco por quantos sofrem a fome. Além disso é doloroso constatar que a luta contra a fome e a subalimentação é obstada pela «prioridade de mercado», e pela «primazia do lucro», que reduziram os alimentos a uma mercadoria qualquer, sujeita a especulações, até financeiras. E quando se fala de novos direitos, o faminto está ali, na esquina da rua, e pede o direito de cidadania, pede para ser considerado na sua condição, para receber uma alimentação básica sadia. Pede-nos dignidade, não esmola.

Estes critérios não podem permanecer no limbo da teoria. As pessoas e os povos exigem que se ponha em prática a justiça; não só a justiça legal, mas também a contributiva e distributiva. Por conseguinte, os planos de desenvolvimento e o trabalho das organizações internacionais deveriam ter em consideração o desejo, tão frequente entre o povo comum, de ver respeitados em todas as circunstâncias os direitos fundamentais da pessoa humana e, no nosso caso, da pessoa que tem fome. Quando isto acontecer, também as intervenções humanitárias, as acções urgentes de ajuda e de desenvolvimento — o verdadeiro, integral — terão maior impulso e darão os frutos desejados.

O interesse pela produção, a disponibilidade de alimentos e o acesso a eles, a mudança climática e o comércio agrícola devem indubitavelmente inspirar as regras e as medidas técnicas, mas a primeira preocupação deve ser a própria pessoa, quantos não têm o alimento diário e deixaram de pensar na vida, nas relações familiares e sociais, e lutam unicamente pela sobrevivência. Em 1992, o Santo Padre João Paulo II, na inauguração, nesta sala, da Primeira Conferência sobre a Alimentação, advertiu a comunidade internacional contra o risco do «paradoxo da abundância»: há alimento para todos, mas nem todos podem comer, enquanto o desperdício, o descarte, o consumo excessivo e o uso de alimentos para outros fins estão diante dos nossos olhos. Eis o paradoxo! Infelizmente, este «paradoxo» continua a ser actual. Há poucos temas sobre os quais se exibem tantos sofismas como a fome; e poucos argumentos tão susceptíveis de ser manipulados pelos dados, pelas estatísticas, pelas exigências de segurança nacional, pela corrupção ou por uma chamada dolorosa à crise económica. É este o primeiro desafio que deve ser superado.

O segundo desafio que deve ser enfrentado é a falta de solidariedade. Uma palavra que inconscientemente temos a suspeita de ter que eliminar do dicionário. As nossas sociedades caracterizam-se por um individualismo crescente e pela divisão; isto acaba por privar os mais débeis de uma vida digna e por provocar revoltas contra as instituições. Quando num país não há solidariedade, todos ressentem disto. De facto, a solidariedade é a atitude que faz com que as pessoas sejam capazes de ir ao encontro do outro e fundar as próprias relações recíprocas naquele sentimento de fraternidade que vai além das diferenças e dos limites, e leva a procurar juntos o bem comum.

Os seres humanos, na medida em que tomam consciência de ser parte responsável do desígnio da criação, tornam-se capazes de se respeitar reciprocamente, em vez de combater entre si, danificando e empobrecendo o planeta. Também aos Estados, concebidos como comunidade de pessoas e povos, é pedido que ajam de comum acordo, que estejam dispostos a ajudar-se uns aos outros mediante os princípios e as normas que o direito internacional lhes põe à disposição. Uma fonte inexaurível de inspiração é a lei natural, inscrita no coração humano, que fala uma linguagem que todos podem compreender: amor, justiça, paz, elementos inseparáveis entre si. Como as pessoas, também os Estados e as instituições internacionais estão chamados a acolher e cultivar estes valores, num espírito de diálogo e de escuta recíproca. Deste modo, o objectivo de alimentar a família humana torna-se realizável.

Cada mulher, homem, criança ou idoso deve poder contar com estas garantias em toda a parte. E é um dever de cada Estado, atento ao bem-estar dos seus cidadãos, subscrevê-las sem reservas e preocupar-se com a sua aplicação. Isto exige perseverança e apoio. A Igreja católica procura oferecer também neste âmbito o próprio contributo, mediante uma atenção constante à vida dos pobres, dos necessitados em todas as partes do planeta; move-se nesta mesma linha o compromisso activo da Santa Sé nas organizações internacionais e com os seus numerosos documentos e declarações. Desta forma pretende-se contribuir para a identificação e a adopção de critérios que o desenvolvimento de um sistema internacional equitativo deve satisfazer. São critérios que, a nível ético, se baseiam em pilares como a verdade, a liberdade, a justiça e a solidariedade; ao mesmo tempo, em âmbito jurídico, estes mesmos critérios incluem a relação entre o direito à alimentação e o direito à vida e a uma existência digna, o direito de ser tutelado pela lei, nem sempre próxima da realidade de quem sofre a fome, e a obrigação moral de partilhar a riqueza económica do mundo.

Se se acredita no princípio da unidade da família humana, fundado na paternidade de Deus Criador e na fraternidade dos seres humanos, nenhuma forma de pressão política ou económica que se sirva da disponibilidade de alimentos pode ser aceitável. Pressão política e económica. Penso na nossa irmã e mãe terra, no Planeta. Se estivermos livres de pressões políticas e económicas para o preservar, para evitar que se autodestrua. Temos à nossa frente o Peru e a França, duas conferências que nos lançam um desafio. Preservar o Planeta. Recordo uma frase que ouvi de um idoso, há muitos anos: «Deus perdoa sempre, as ofensas, os abusos; Deus

perdoa sempre. Os homens perdoam de vez em quando. A terra nunca perdoa!». Preservemos a irmã terra, a mãe terra, para que não responda com a destruição. Mas sobretudo, nenhum sistema de discriminação, de facto ou de direito, vinculado à capacidade de acesso ao mercado de alimentos, deve ser tomado como modelo das acções internacionais que se propõem eliminar a fome. Ao partilhar convosco estas reflexões, peço ao Omnipotente, ao Deus rico de misericórdia, que abençoe quantos, com responsabilidades diversas, se põem ao serviço de quem sofre a fome e sabem assisti-los com gestos concretos de proximidade. Rezo também para que a comunidade internacional saiba ouvir o apelo desta Conferência e o considere uma expressão da comum consciência da humanidade: dar de comer aos famintos para salvar a vida no planeta. Obrigado.

SAUDAÇÃO AOS FUNCIONÁRIOS DA FAO

Queridos irmãos e irmãs!

Sinto-me feliz por me encontrar convosco, que desempenhais a vossa obra ao serviço da FAO, esta importante Organização das Nações Unidas. Saúdo-vos a todos com afecto e desejo que cada um viva em harmonia com quantos estão ao vosso lado na família, e em qualquer âmbito no qual se desenrola a vossa vida diária. Mediante o vosso trabalho, muitas vezes escondido mas precioso, entrais em contacto com os vários acontecimentos ordinários e extraordinários finalizados à promoção de políticas produtivas no sector agrícola e à luta contra a subalimentação. Em especial, tendes a possibilidade de abordar as problemáticas e os sofrimentos daquelas populações que têm o direito de ver melhorar a sua condição de vida.

Agradeço-vos o vosso serviço nesta realidade internacional, que se propôs como objectivo reduzir a fome crónica e desenvolver em todo o mundo os sectores da alimentação e da agricultura. Sei que tendes um espírito de solidariedade e de compreensão em relação a todos e que sabeis ir além da papelada, para divisar além de cada documento os rostos apagados e as situações dramáticas de pessoas provadas pela fome e pela sede. A água não é grátis, como muitas vezes pensamos. Será o grave problema que nos pode levar a uma guerra. Em cada ambiente público e institucional, sobretudo no vosso, há tanta necessidade de pessoas que se distingam não só pelo profissionalismo, mas também por um perceptível sentido de humanidade, que não desencorajam face às dificuldades, e que estão sempre prontas para se apoiar umas às outras e assim olhar para o futuro com esperança. O vosso trabalho escondido tem em consideração as pessoas — homens, mulheres, crianças, avôs, avós — pessoas famintas. Pedem-nos dignidade, não esmola! Nisto consiste o vosso trabalho: ajudar para que obtenham dignidade. Garanto-vos a minha oração e peço a cada um de vós que rezeis por mim e pelo meu serviço. Obrigado!

Copyright © Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana